

VENDAS NO VAREJO TENDEM A ESFRIAR

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011 SOFRERÁ IMPACTOS DOS AUMENTOS DOS JUROS E DOS DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS, DEFINIDOS PELO BC

Restando apenas a apuração dos dados de dezembro, o varejo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tende atingir os R\$ 103 bilhões de faturamento em 2010, um patamar histórico qualificando o ano como o de "maior movimento já registrado", seja em taxa de crescimento real, seja em volume de vendas reais.

Esses números expressivos foram consequência da conjunção inédita de fatores positivos nos determinantes do consumo – renda, crédito e confiança do consumidor, que permaneceram em crescimento sistemático ao longo de todo ano.

No entanto, em 2011, é improvável a continuidade de crescimento nessa magnitude, dado que o cenário econômico e de risco de aumento de inflação já leva o governo a tomar algumas atitudes restritivas, como o aumento dos depósitos compulsórios dos bancos e elevação da Selic, que certamente irão esfriar a trajetória de aquecimento do consumo.

Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central este ano, a Selic foi elevada em 0,5 ponto porcentual, o que, em conjunção com as medidas anteriores, sinaliza a determinação das autoridades de conter a expansão do crédito. Certamente haverá impacto no consumo interno, notadamente na área de produtos duráveis, aquelas que mostraram os melhores índices de desempenho em 2010.



pág. **02**

REGULAÇÃO

Varejista deve compreender qual deve ser papel dentro da estrutura do Nota Fiscal Paulista



pág. **03**

SUSTENTABILIDADE

É possível ser competitivo sem ser desleal, baseando a estratégia em princípios éticos



pág. **04**

INVESTIMENTOS

Com aumento da Selic, aplicar em renda fixa se torna mais atraente do que em bolsa



NOTA FISCAL PAULISTA AINDA GERA DÚVIDAS NO VAREJISTA

É IMPORTANTE COMPREENDER O PROCESSO QUE ENVOLVE A PREMIAÇÃO DO PROGRAMA PARA QUE OS COMERCIANTES NÃO SEJAM INDEVIDAMENTE COBRADOS PELOS CONSUMIDORES

Muitos comerciantes não se sentem totalmente familiarizados com o funcionamento do sistema da Nota Fiscal Paulista, que reembolsa parte das receitas tributárias aos contribuintes. Entenda um pouco mais esse sistema.

O QUE É A NOTA FISCAL PAULISTA?

É um programa instituído pela Lei 12.685/07 que tem por objetivo gerar créditos para os consumidores que solicitarem a emissão de nota ou cupom fiscal no momento da compra.

COMO FUNCIONA?

O consumidor que pede a Nota Fiscal Paulista poderá receber créditos sobre o valor do ICMS pago pelo comerciante. Para participar, deverão ser observados os seguintes passos:

1º – Para aderir ao programa, o consumidor deverá efetuar o cadastro no site da Secretaria da Fazenda (www.fazenda.sp.gov.br) para que passe a ter direito a créditos e a consultas.

2º – No ato da compra, o consumidor deverá solicitar a Nota Fiscal Paulista, informando o CPF ou CNPJ. O estabelecimento comercial deverá entregar ao cliente o cupom ou nota fiscal com a identificação fornecida.

3º – O comerciante enviará mensalmente os dados do comprador através de Registro Eletrônico para a Secretaria da Fazenda, que poderá ser feito por meio do site www.nfp.fazenda.gov.br.

A receita a ser restituída ao consumidor corresponde a até 30% do valor tributário recolhido pelo estabelecimento comercial, proporcional à nota fiscal. Tais créditos poderão ser utilizados pelo contribuin-

te no prazo de até cinco anos para reduzir o valor do IPVA do exercício seguinte; ser creditado em conta corrente ou poupança do consumidor; ou ainda ser utilizado como crédito em cartão de crédito emitido no Brasil. Além disso, o consumidor concorre a sorteios mensais de prêmios em dinheiro. A lista de empresas participantes do Programa pode ser consultada no site da Secretaria da Fazenda.

QUAL É A RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DA NOTA FISCAL PAULISTA?

Sua responsabilidade é em relação à emissão correta da nota fiscal, constando todos os dados do consumidor no ato da compra, não cabendo ao comerciante a aferição sobre o cálculo de créditos ao consumidor.

SEMPRE HAVERÁ CRÉDITOS DO ICMS DA NOTA FISCAL PAULISTA EMITIDA?

Nem sempre. A restituição de parte do ICMS pago pelo comerciante não se aplica a produtos que foram tributados na indústria, ou seja, que estão em regime de Substituição Tributária.

O QUE É SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA?

É um regime de tributação que atribui a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo às operações subsequentes a contribuintes que não praticam diretamente o fato gerador.

Nesse regime de tributação, o ICMS que o comerciante teria que recolher já foi pago pela indústria e embutido no preço final de venda da mercadoria ao comércio. O comerciante não recolherá ICMS diretamente por ocasião da venda, mas o valor que ele pagaria de ICMS já foi calculado e pago pela indústria. A principal característica da Substituição Tributária é a retenção do imposto direto na fonte do seu fornecimento, seja pelo fabricante ou distribuidor.

O QUE OCORRE QUANDO O CONSUMIDOR COMPRA PRODUTOS DE SETORES QUE ESTÃO SOB O REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA?

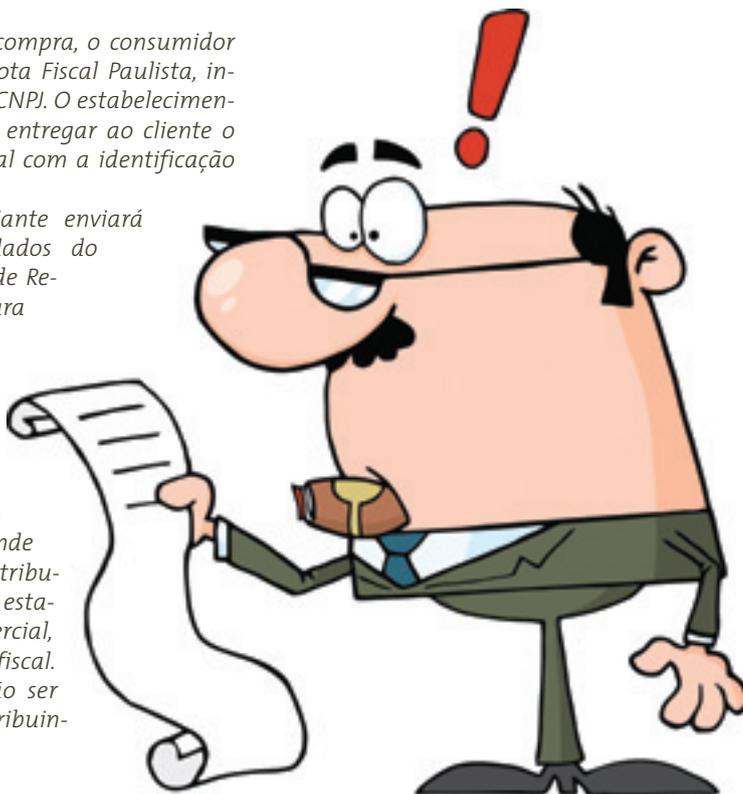
Em relação aos créditos previstos no Programa da Nota Fiscal Paulista, o consumidor receberá somente sobre a proporção de ICMS paga pelo comerciante, se houver.

COMO FICAM OS CRÉDITOS DE ICMS SOBRE A COMPRA DE PRODUTOS QUE ESTÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL?

Se não houver recolhimento de ICMS no estabelecimento comercial porque o ICMS foi pago totalmente pela indústria, não haverá crédito a ser recebido pelo consumidor sobre tais produtos.

COMO É POSSÍVEL CONSULTAR OS SETORES QUE ESTÃO EM SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA?

Por intermédio do website da Secretaria da Fazenda: http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br/st_simplesnacional.shtm. Mais informações também poderão ser obtidas pelo telefone 0800 170110.



CONCORRÊNCIA JUSTA E CRÉDITO SUSTENTÁVEL

É POSSÍVEL SER COMPETITIVO SEM SER DESLEAL, GARANTINDO A SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS POR MEIO DE ESTRATÉGIAS COMERCIAIS BASEADAS EM PRINCÍPIOS ÉTICOS

As relações concorrenciais entre os atores de um mercado devem contemplar novas formas de interagir, buscando a colaboração entre concorrentes. Foi-se o tempo em que a concorrência se dava em um ambiente de competição a qualquer custo. Privilegiar ações que estimulem a busca por um ambiente mais sustentável, focando mútuos e coletivos interesses e responsabilidades é importante para atender a este critério.

É possível ser competitivo sem ser desleal, garantindo a sustentabilidade dos negócios por meio de estratégias comerciais baseadas em princípios éticos.

O acesso ao crédito também deve ser estimulado, desde que o varejo assuma o protagonismo da conscientização dos consumidores para que estes façam o uso do mecanismo de forma saudável, não comprometendo a saúde financeira das famílias.

Consumidores com dívidas em excesso tendem a destinar sua renda a pagamento de juros, que são exorbitantes, perdendo poder de compra.

Permitir a prática de preços diferenciados para pagamentos à vista e a prazo é outra iniciativa importante, pois todos ganham: consumidores e lojistas, que poderão reduzir

seus preços na proporção das taxas que deixam de pagar para as operadoras de cartões.

O II Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade pretende estimular mais do que ações sustentáveis, mas reconhecer iniciativas que buscam novas formas de se relacionar, pautadas na sustentabilidade vista de seu ângulo mais abrangente.

Se a sua empresa atende a um destes princípios, inscreva-se no II Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade. As inscrições foram prorrogadas até 28 de fevereiro.

Mais informações, visite: www.fecomercio.com.br/sustentabilidade.



O MUNDO DOS NEGÓCIOS PODE SER UM MUNDO MELHOR.

O II Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade é voltado para empresas e entidade que têm um compromisso com a preservação da vida, a responsabilidade social, a consciência ambiental, a ética e o futuro. Enfim, que já incorporaram a sustentabilidade aos seus negócios. Participe.

Premiações para empresas, órgãos públicos e instituições acadêmicas.

Para mais informações, acesse:

www.fecomercio.com.br/sustentabilidade.

FECOMERCIO
Representa muito para você.

SELIC EM ALTA TORNA RENDA FIXA MAIS ATRAENTE

INVESTIMENTOS EM BOLSA DE VALOR, COM RISCO MAIOR, PERDEM COMPETITIVIDADE PARA O CDI, DE RISCO MENOR, GRAÇAS AS ELEVADAS TAXAS DE JUROS COBRADAS NO PAÍS

A Selic subiu de 10,75% para 11,25% logo na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), sob a presidência de Alexandre Tombini. Essa alta era esperada por conta das pressões inflacionárias e a tendência indicada pela própria autoridade monetária é a de que, ao menos em 2011, a Selic suba ainda mais. Ruim para o consumidor, péssimo às empresas, mas bom para o poupador que escolheu a renda fixa baseada em CDI.

Neste ambiente, vale a pena investir em bolsa? Depende. Se você pretende investir em bolsa para amealhar resultados de 2% a 3% ao mês, talvez não atinja seu objetivo. No Brasil, o retorno dos investimentos no mercado acionário é, em média, menor do que em renda fixa. Claro, em alguns momentos, como em 2009, o resultado do Índice da Bovespa (Ibovespa) foi fantástico, porém, era mais efeito de recuperação após a tragédia econômica do final de 2008 do que desempenho vigoroso e persistente.

Quem teve coragem e entrou na Bovespa após a quebra do Lehman Brothers, certamente acreditará por um bom tempo que investir em ações é muito melhor do que aplicar em títulos públicos.

Porém, esse fenômeno não se repete o tempo todo e a renda fixa faz seus investimentos crescerem sempre. Isso não quer dizer que não se deva investir em bolsa, mas os motivos devem ser os corretos, como muitos analistas costumam dizer: diversificação e com disciplina.

Quando os juros sobem, é natural que os resultados em bolsa sejam relativamente ruins e vice-versa. Com a diversificação, o poupador (que em geral não é profissional do mercado financeiro) pode sempre dormir mais tranquilo, e isso também deve ser considerado na sua decisão: quanto vale o seu sono?

No curto prazo, a Selic em alta deve garantir um retorno, descontada a inflação e os impostos, de 0,4% ao mês ou 5% ao ano.

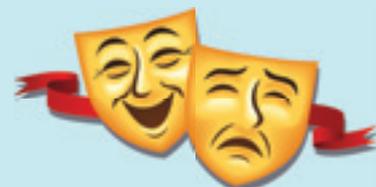
Uma curiosidade: se você dividir seu salário por 0,004 vai obter o valor do montante de dinheiro que você precisa aplicar em CDI para, sem fazer nada, ter a mesma remuneração sem comprometer o valor principal aplicado e ainda corrigido pelo IPCA.

Quanto maior a taxa de juros do CDI (que segue bem de perto a Selic), menor será esse montante necessário para aplicar. Essa é outra forma de dizer que, quando os juros sobem na economia, os investimentos em renda fixa se tornam ainda mais atraentes.



Nova temporada

A comédia "Iguar a Você" estreia em 11 de fevereiro no teatro Raul Cortez, na sede da Fecomercio, e conta com Camila Morgado, Anderson Müller e Bia Nunnes no elenco. Dirigida por Ernesto Piccolo, apresenta os atores se revezando no palco com esquetes humoradas que abordam dores, conflitos e angústias cotidianas. O teatro fica na Rua Doutor Plínio Barreto, 285, Bela Vista, centro, São Paulo -SP. Tel: (11) 2626-0261. Sex: 22h. Sáb: 21h30. Dom: 19h. Ingressos: R\$ 40 (sexta e domingo) e R\$ 50 (sábado).



ECONOMix **FECOMERCIO**
Representa muito para você

PRESIDENTE: Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO: Antonio Carlos Borges
COLABORAÇÃO: Assessoria Econômica
PROJETO GRÁFICO: designTUTU
FALE COM A GENTE: economix@fecomercio.com.br
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista - 01313-020
São Paulo - SP - www.fecomercio.com.br